

PAIM DIZ QUE SUA PROPOSTA É UM MARCO

Ao receber o projeto aprovado pela Câmara, Paulo Paim considerou o momento "histórico". Segundo ele, o texto representa um marco para a sociedade brasileira e será instrumento tão contundente quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROJETO DEFINE MEDIDAS DE PROTEÇÃO

O texto do estatuto, que ainda poderá ser alterado no Senado, define direitos e medidas de proteção ao idoso, além de estabelecer penalidades para os infratores. As normas abrangem áreas como saúde, educação, habitação e acesso à Justiça.

Senado recebe da Câmara texto do Estatuto do Idoso

Matéria aprovada por unanimidade pelos deputados chega agora para apreciação dos senadores. Projeto estabelece direitos das pessoas com 60 anos ou mais e penas para quem desrespeitá-los

Genilino Magela



IMPORTÂNCIA Paim (D), ao lado do deputado Silas Brasileiro e do cônego José Toffoli, considerou o momento histórico

O Senado recebeu sexta-feira, para apreciação, o texto do Estatuto do Idoso, aprovado na véspera, por unanimidade, pela Câmara dos Deputados. A entrega foi feita ao senador Paulo Paim pelo deputado Silas Brasileiro, relator da matéria, e pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna. Paim, que estava no exercício da Presidência do Senado, é também o autor do texto original do projeto, que apresentou quando era deputado. Participaram do ato o cônego José Carlos Dias Toffoli, secretário-executivo da Campanha da Fraternidade da CNBB, e representantes da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, entre outras entidades.

Página 3

TRIBUTOS

Senadores querem reforma que redistribua a riqueza

Dispostos a participar ativamente da discussão sobre a reforma tributária, os senadores Marcelo Crivella e Antonio Carlos Valadares esperam que o projeto em tramitação no Congresso sirva para distribuir melhor a arrecadação entre União, estados e municípios.

Página 7



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Valadares (E) defende desoneração da produção, enquanto Crivella anuncia emenda para favorecer estados e municípios





EXIGÊNCIA Regra alcança todos os que usam cal em processo produtivo, diz Aelton Freitas

Aelton propõe normas para produção de cal

A preocupação de evitar a geração de substâncias nocivas ao meio ambiente a partir do processo de fabricação da cal levou o senador Aelton Freitas (PL-MG) a apresentar o Projeto de Lei do Senado nº 314/2003, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria, relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), será votada em decisão terminativa.

Aelton propõe que os cuidados com a manipulação do produto não se restrinjam ao monitoramento do processo de calcinação da rocha calcária. "É fundamental o engajamento do produtor de cal ao conceito de fornecimento responsável", afirma o senador na justificativa do projeto. Dessa forma, a iniciativa estende as exigências a todos os setores que se utilizam da cal como insumo básico do processo produtivo.

Esse enquadramento nas normas de segurança alcança, por exemplo, os setores sucroalcooleiro, de tratamento de água, papel e celulose.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão plenária de hoje se inicia às 14h30 para comunicados da Mesa e pronunciamentos dos parlamentares. Na sessão de amanhã, no mesmo horário, lideram a pauta de votações três projetos

de lei de conversão, incluindo o de nº 23/03, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Melhor acesso às dependências do Senado

O senador Flávio Arns (PT-PR) – foto –, presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, recebe hoje, às 9h, a comissão de acessibilidade formada por representantes de entidades que congregam os interesses das várias áreas de deficiência. O encontro visa produzir um relatório com sugestões para tornar acessível o espaço arquitetônico e de comunicação do Senado.



Genardo Magela

Comissão deve ouvir ministro Olívio Dutra

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se reúne amanhã, às 10h, em audiência pública com o ministro das Cidades, Olívio Dutra (foto), que prestará



Waldemar Rodrigues

informações sobre políticas nacionais de investimentos em saneamento básico e abastecimento de água. A CI é presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE).

Especialistas discutem o uso de software livre



O programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado, apresenta hoje, às 19h30, debate sobre o uso de software livre (SL) com a presença de Miguel de Icaza, presidente da Gnome Foundation, e Marcelo Branco, membro da coordenação do Projeto Software Livre RS. Os dois entrevistados participaram, na semana passada, da Semana do Software Livre no Legislativo, promovida pelo Congresso Nacional.

Prioridades de investimentos da Petrobras

O diretor financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, é o convidado da audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar sobre a redefinição de prioridades de investimentos das empresas do grupo Petrobras. A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), se reúne amanhã às 15h.



Márcia Kolumbe

Nova disciplina nas faculdades

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Educação deve votar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206/03, que institui 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira, e o PLS nº 144/03, que inclui nas grades curriculares de cursos superiores disciplina obrigatória que incentive o empreendedorismo entre os estudantes.

Reforma tributária

O Conselho Federal de Economia promove na quarta-feira, das 16h às 19h, no Auditório Interlegis, o seminário "Reforma Tributária em Debate", com a presença do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), relator da proposta do governo na Câmara dos Deputados. O seminário será transmitido por videoconferência para as assembleias legislativas estaduais.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



EXEMPLO Patrícia Saboya pede rigor na apuração de crime sexual envolvendo autoridades

CPI ouve vítimas de abuso sexual em São Paulo

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) informou que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes fez diligência em Porto Ferreira, no interior paulista, na quinta-feira, para ouvir o delegado Maurício Sponton, representantes do Ministério Público, do Conselho Tutelar e algumas vítimas de abusos cometidos por autoridades.

Patrícia elogiou a forma como o processo criminal está sendo conduzido em Porto Ferreira. Segundo ela, a agilidade na montagem do inquérito deve servir de exemplo para o país. A CPI tem detectado que a maioria dos processos envolvendo autoridades tem sido arquivada, acrescentou. Para a senadora, é fundamental haver o rompimento do silêncio que normalmente cerca esses crimes. Em sua opinião, casos de abusos sexuais de jovens com a participação de autoridades e parlamentares deveriam ter punição mais rigorosa.

Prisão

Os integrantes da CPI decidiram ir a Porto Ferreira devido à prisão decretada de cinco vereadores da cidade e quatro empresários, acusados de aliciamento de crianças e adolescentes e favorecimento à prostituição infantil. A Justiça determinou a detenção preventiva de 12 acusados no inquérito policial. Os vereadores Gerson Pelegrini, Edivaldo Biffe, João Lázaro Batista, Luiz Gonzaga Borecda e Laércio Storti já se encontram na delegacia de Porto Ferreira. O empresário João Batista Pelegrini também foi preso. Três acusados ainda estão foragidos, entre eles o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz César Lanzoni.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ESTATUTO DO IDOSO

Matéria acolhida por unanimidade pelos deputados será agora submetida à apreciação dos senadores

Senado recebe texto aprovado pela Câmara

Paim, autor do projeto, prevê benefícios para 20 milhões

Autor, quando era deputado, do Projeto de Lei nº 3.561, de 1997, que institui o Estatuto do Idoso, o senador Paulo Paim afirmou sexta-feira no Plenário que a proposta vai beneficiar cerca de 20 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O texto foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Deputados na quinta-feira e entregue na sexta para apreciação do Senado.

Paim destacou que foram dez anos de debates, desde a preparação do projeto, dos quais cinco com diversos representantes da sociedade civil. Disse que a votação foi possível depois que o presidente Lula deu “sinal verde” para que o projeto fosse aprovado. E contou como foi a negociação na etapa final de tramitação do estatuto.

Começou, segundo Paim, num encontro seu com o líder do PT, senador Tião Viana (AC), que encaminhou um pedido ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, para apressar a votação. A reivindicação, continuou Paim, chegou à Casa Civil pela liderança do governo na Câmara e, depois, foi submetida ao crivo presidencial.

O autor da proposta fez vários elogios ao relator, deputado Silas Brasileiro, que esteve presente à sessão do Senado sexta-feira. Ressaltou que o texto original com 50 artigos foi bastante modificado, chegando ao final com 123 artigos expressos na subemenda do relator, e que, mesmo assim, o deputado sempre atribuiu a autoria da proposta a ele, Paim.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o Senado apresse a votação, pois a matéria “dignifica” a Casa, e informou a disposição de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) de que uma proposta para o idoso de sua autoria tramite em conjunto com o projeto aprovado na Câmara. O texto também foi elogiado por Leonel Pavan (PSDB-SC). “O estatuto contribui para fazer um Brasil maior e mais justo”, afirmou.

No exercício da Presidência do Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu sexta-feira o texto do Estatuto do Idoso, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados. O projeto ainda será votado no Senado, mas Paim o definiu como um marco para a sociedade brasileira, classificando o momento em que o recebia como histórico. Ele também afirmou que o Senado votará logo a matéria, o que não significa que não fará mudanças.

O texto foi entregue pelo relator da matéria, deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG), e pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna. Estavam ainda presentes à solenidade o cônego José Carlos Dias Toffoli, secretário-executivo da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e representantes da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), da Frente Parlamentar das Entidades em Defesa da Previdência Social Pública e do Conselho Nacional de Direitos do Idoso, entre outras entidades.

– É um momento histórico porque é uma mudança de cultura. O mundo olha para o Brasil neste momento. Esse estatuto



IMPORTÂNCIA Paim (com o deputado Silas Brasileiro e o secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna): “Momento histórico”

to já está sendo discutido em outros países a partir da peça construída aqui. A saúde, a educação, a habitação, a ação do Ministério Público para acelerar processos em defesa do idoso, tudo está contemplado no estatuto. Então, é um momento ímpar – destacou Paim.

O senador afirmou que o país terá agora um instrumento tão contundente quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir a cidadania plena dos idosos. Ele salientou a importância da CNBB na aprovação do projeto, pelo impacto da Campanha da Fraternidade, induzindo o país a voltar seus olhos para a velhice. Elogiou ainda a participação dos meios

de comunicação no debate.

Ao entregar o texto, o deputado Silas Brasileiro disse que essa votação marcará uma nova época.

– Aprovado por unanimidade, esse texto causará uma revolução na relação entre a sociedade e os que estão na terceira idade. Para nós, é a garantia de um futuro promissor para os que lutaram tanto na construção do país – frisou.

O secretário-executivo da Campanha da Fraternidade, José Carlos Dias Toffoli, observou que a CNBB recebeu com alegria a aprovação do texto na Câmara dos Deputados, esperando que no Senado o texto seja votado rapidamente.

Proposta define medidas de proteção ao idoso e penas para infratores

O Estatuto do Idoso aprovado pela Câmara dos Deputados define medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, regulamenta esses direitos, determina obrigações das entidades de atendimento a essa faixa etária e caracteriza as situações nas quais caberão penalidades.

Conheça alguns dos principais pontos do Projeto de Lei nº 3.561, de 1997, que será agora examinado pelo Senado Federal:

- ➔ assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas;
- ➔ gratuidade nos transportes coletivos públicos para maiores de 65 anos. A legislação local poderá dispor sobre gratuidade também para as pessoas de 60 a 65 anos;
- ➔ no caso do transporte coletivo intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos de mesma renda que excedam essa reserva;
- ➔ nas aposentadorias, o relator acatou redação de emenda do governo que determina o reajuste dos benefícios na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém

- com percentual definido em regulamento. O substitutivo aprovado na comissão especial vinculava o reajuste ao do mínimo;
- ➔ a idade para requerer o benefício de um salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social passa de 67 para 65 anos;
- ➔ prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como intervenientes;
- ➔ os meios de comunicação deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre o processo de envelhecimento;
- ➔ na área da educação, os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de en-

velhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura;

- ➔ quanto aos planos de saúde, o projeto veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito aos idosos de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;
- ➔ o idoso terá prioridade para a aquisição de moradia própria nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades. Está prevista ainda a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária, além de critérios de financiamento da casa própria compatíveis com os rendimentos de aposentadoria ou pensão.

As penas estabelecidas para os infratores do estatuto são:

- ➔ deixar de prestar assistência a idoso sem

justa causa implicará detenção de seis meses a um ano;

- ➔ abandoná-lo em hospitais ou casas de saúde acarretará detenção de seis meses a três anos;
- ➔ a pena será de reclusão, de dois a cinco anos, para quem coagir o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração;
- ➔ retenção de cartão magnético de conta bancária de idoso com o objetivo de assegurar recebimento de dívida resultará em detenção de seis meses a dois anos;
- ➔ a exibição, em qualquer meio de comunicação, de informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso pode causar detenção de um a três anos;
- ➔ no Código Penal, o projeto altera o agravamento de pena para homicídio culposo, incluindo um terço a mais de pena, quando a vítima é idoso acima de 60 anos. Atualmente, o agravamento é para os casos envolvendo menores até 14 anos;
- ➔ agravamento de pena para abandono de idoso acima de 60 anos que esteja sob guarda, cuidado ou vigilância de autoridade.



PRIVATIZAÇÃO Alagoas está com tráfego ferroviário paralisado, lamenta Renan

Ferrovias estão abandonadas, denuncia Renan

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) denunciou, em discurso na sexta-feira, o abandono da malha ferroviária do Nordeste administrada pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN). O senador lembrou que a malha cobre mais de 4.500 quilômetros de via férrea e que a CFN é uma concessionária da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) desde 1998. Alagoas, que conta com 356 quilômetros administrados pela CFN, está com o tráfego ferroviário paralisado desde agosto de 2000, informou o senador. A empresa administra área que engloba Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia.

– Alagoas está ilhada. O que a RFFSA levou 50 anos para construir, a CFN levou apenas dois para destruir. A privatização destruiu patrimônio considerável de leitos de ferrovia e de máquinas em todo o Nordeste – lamentou.

CPI

Renan informou que pedirá a realização de audiência pública nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle a fim de que sejam ouvidas autoridades do governo e também administradores da CFN para esclarecerem o que está ocorrendo na região. O senador acredita que poderá ser necessária a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assunto. Renan leu relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) contendo denúncias sobre a questão.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a denúncia de Renan Calheiros é responsável, por ser bem fundamentada com dados e informações.

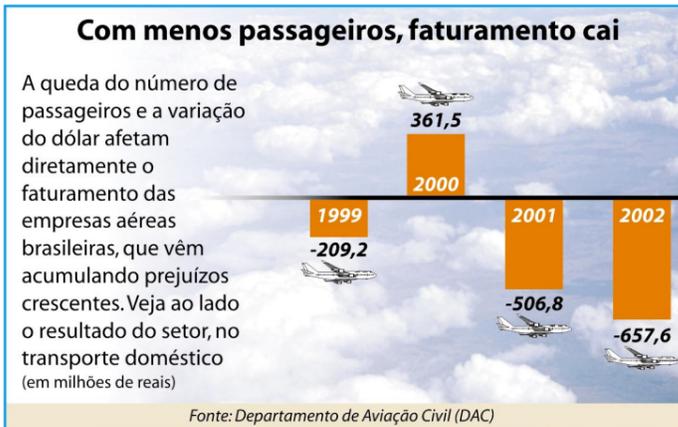
Governo precisa socorrer aviação, diz Paulo Octávio

Senador adverte que setor poderá entrar em colapso caso não haja mudança estrutural nos transportes aéreos

A situação da aviação civil brasileira é gravíssima e requer atenção urgente da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, não podendo o assunto ficar restrito à esfera do Ministério da Defesa. A advertência foi feita na sexta-feira, em Plenário, pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), presidente da Subcomissão de Turismo, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o senador, se não houver a adoção de medidas efetivas pelo governo federal, ocorrerá colapso no setor. A intervenção do Ministério do Turismo justifica-se, explicou o parlamentar, porque, caso não seja resolvida a situação estrutural dos transportes aéreos, com um marco regulatório, o governo federal não conseguirá atingir as metas do Plano Nacional de Turismo, lançado pelo presidente Lula.

Paulo Octávio defendeu que os transportes aéreos deixem de ser atrelados aos comandos militares para tornarem-se uma Agência Nacional de Aviação Civil, e que sejam debatidos o excesso de concentração de vôos internacionais no Ae-



roporto de Cumbica, em São Paulo; a concorrência saudável, em benefício dos usuários; e o motivo da redução no número de vôos e no tamanho dos aviões no Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro. O senador registrou notícia de *O Globo*, segundo a qual o Rio está deixando de receber pelo menos dois mil turistas estrangeiros por mês em função, principalmente, da falta de vôos.

Taxa de ocupação

Mas o mais grave, de acordo com Paulo Octávio, é que as empresas estão voando com apenas 55% dos assentos ocupados, enquanto a taxa de ocupação mínima nos Estados Unidos, na pior crise, não foi inferior a 68%. O parlamentar informou que houve queda de 7% no número de passageiros no último trimestre e que a quantidade de cidades servidas pela aviação civil caiu de 300



ABERTURA Paulo Octávio defende a criação da Agência Nacional de Aviação Civil

para cerca de 100, da década de 70 até hoje.

Paulo Octávio, que no seu discurso saudou a presença, em Plenário, de alunos do Centro de Ensino Fundamental de Ceilândia (DF), foi aparteado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Edison Lobão (PFL-MA).

Audiência pública debaterá fusão Varig-TAM

O processo de fusão das companhias aéreas Varig e TAM será discutido em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira, a partir das 10h. Foram convidados para o debate o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa; o coordenador da proposta dos trabalhadores para a fusão das empresas, Paulo Rabello de Castro; o coordenador da proposta de fusão das empresas, Luciano Coutinho; e o ministro da Defesa, José Viegas Filho.

No requerimento de solicitação da audiência, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e o senador Paulo Paim (PT-RS) res-



OPÇÕES Lúcia Vânia destaca que há outras propostas para reverter crise nas empresas

saltam que uma nova empresa que seja criada a partir da fusão da Varig e da TAM deterá 70% do mercado de transporte aéreo, “provocando enormes

reflexos nos campos econômico e social do país”.

Os parlamentares assinalam também que existem outras opções sendo defendidas para a fusão, além da proposta oficial. Lúcia Vânia e Paim defendem que o Senado acompanhe o processo, em cumprimento a seu papel constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O processo de fusão Varig-TAM tem gerado polêmicas e brigas judiciais, com mudanças nos comandos das duas empresas. A Varig está em dificuldades financeiras, administrando dívida de US\$ 1,4 bilhão, e a fusão com a TAM permitiria que o BNDES injetasse US\$ 100 milhões na empresa.

PoliciaI poderá ter subsídio para moradia

A pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prevê a votação do Projeto de Lei do Senado nº 220/2003, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis. A proposta, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), prevê que sejam complementados os valores necessários à aquisição da casa própria por policiais e bombeiros. Os recursos também poderão financiar programas estaduais de construção de moradias e conjuntos habitacionais para policiais.

– Os policiais são uma classe muito vulnerável a retaliações de marginais e precisam ter segurança de moradias – afirmou o relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), lembrando que é grande o número de policiais residentes em favelas e que chegam a esconder a profissão para proteger familiares. A CAE também vota termo aditivo ao contrato elaborado entre a União e o Banco do Estado de Rondônia no programa de reestruturação do sistema financeiro dos estados.

Jucá destaca agricultura em Roraima

A localização estratégica de Roraima, acima da linha do Equador, que propicia condições para a produção de safra de grãos maior do que a de outras regiões, pode transformar o estado em um dos grandes produtores agrícolas, conforme ressaltou o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O parlamentar pediu atenção especial dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com o objetivo de viabilizar essa nova fronteira agrícola, que constitui a última grande reserva de cerrados do país. “Os nossos campos são similares aos cerrados do Centro-Oeste e nas nossas várzeas já produzimos arroz com excelente produtividade”, salientou. Jucá defende a abertura da estrada que liga Boa Vista a Georgetown, capital da Guiana, e a regionalização dos recursos da nova Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Presidente do STJ visita a Bienal do Livro

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, visitou na sexta-feira o estande do Senado na Bienal do Livro da Bahia. O ministro participou do lançamento de dois novos volumes da coleção *História do Direito Brasileiro*, editada em parceria do STJ com o Senado Federal. As publicações, em caráter fac-similar, são *Menores e Loucos em Direito Criminal*, de Tobias Barreto, e *Curso de Direito Civil Brasileiro*, de Antonio Joaquim Ribas.

– Estamos entregando ao público obras que não se encontram em lugar nenhum. Obras importantes, porque não podemos esquecer nosso passado. Estamos trazendo o passado

para o presente. Esses livros são muito procurados. O estande do Senado Federal está prestando uma excelente contribuição para a cultura brasileira, resgatando a história – afirmou o presidente do STJ.



Nilson Naves: contribuição para a cultura nacional

Nilson Naves se disse impressionado com a organização do estande e destacou o pioneirismo do Senado na publicação de obras de grande valor histórico e cultural que, pelo pequeno valor comercial, não interessam às grandes editoras. Sobre a coleção em parceria com o STJ, ele assinalou a importância de se publicarem obras dos autores que primeiro traçaram os princípios do Direito.

– Os princípios do Direito são eternos. Estamos trazendo aqueles que inicialmente escreveram sobre o assunto e os entregando aos juristas e a todos os que trabalham com o Direito. Para as bibliotecas e as faculdades é extremamente valioso. A iniciativa é uma contribuição para a cultura nacional e, principalmente, para a cultura jurídica brasileira.

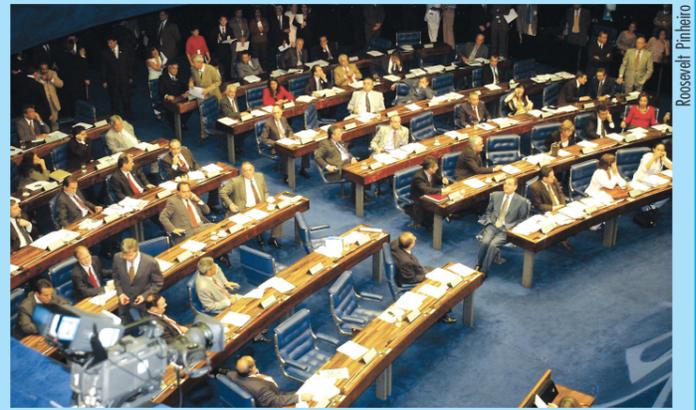
A coleção visa reeditar 21 obras do Direito Civil e Penal, que se encontram esgotadas ou não disponíveis para o público. Além dos lançamentos da bienal, já foram publicados *Consolidação das Leis Cíveis*, de Augusto Teixeira de Freitas, e *Código Criminal do Império do Brasil Anotado*, de Antônio Luiz Ferreira Tinoco.

Plenário analisa amanhã crédito para população de baixa renda

O Plenário do Senado examina amanhã, em turno único, o projeto de lei de conversão (PLV nº 23) da Medida Provisória nº 122/2003 que dispõe sobre a aplicação, pelas instituições financeiras, de parcela dos recursos dos depósitos à vista em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. O valor máximo de crédito por clien-

te é de R\$ 1 mil, a juros de apenas 2% ao mês. O crédito já vem sendo oferecido pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. A medida, conforme o governo, pode beneficiar 25 milhões de brasileiros.

A MP também autoriza o Poder Executivo a instituir programa para criação de núcleos habitacionais que tornem acessível a moradia para várias faixas de renda.



Roosevelt Pinheiro

Sarney apóia criação da Frente Parlamentar pelo Software Livre

■ Presidente do Senado quer grupo influente e articulado para levantar a discussão dentro do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou a criação da Frente Parlamentar pelo Software Livre – “um grupo influente que incorporará ao debate do Legislativo a preocupação de apoiar sistemas abertos, instrumentalizando nossa independência no setor da informática” – em sua mensagem de encerramento dos trabalhos do seminário “O Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil”, na quinta-feira.

Sarney comemorou o sucesso do seminário, uma promoção conjunta do Senado e da Câmara e que contou com a presença de ministros.



ÊXITO Sarney comemorou o sucesso do seminário, uma promoção conjunta do Senado e da Câmara

– A importância desse evento é estratégica. É a tomada de posição por parte das várias esferas do Estado em relação ao software livre. O Brasil decidiu que o setor público considerará os programas abertos como alternativa a ser explorada e

estimulada – afirmou.

O senador ressaltou a relevância econômica da adoção do software livre, mas apontou as repercussões que terá para a formação de “caminhos de independência cultural, de criação e de identidade nacional”.

Sarney assinalou a preocupação em avançar na utilização de softwares livres nos centros de processamento de dados do Senado e da Câmara e na rede Interlegis. O discurso de Sarney foi lido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Petrobras explica mudança de prioridades ao Congresso

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista de Orçamento, convocou reunião para as 14h30 de amanhã, quando será ouvido o diretor-financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, sobre projetos do governo que mudam as prioridades de investimentos da empresa e de outras estatais.

Dois projetos de lei enviados pelo presidente Lula ao Congresso (PLN 5/2003 e PLN 6/



Mestrinho marcou reunião para amanhã à tarde

Célio Azevedo

2003) fazem alterações nos planos de investimentos de 22 empresas estatais, cinco delas do grupo Petrobras e representando os maiores valores. No final, haverá um corte de R\$ 2,36 bilhões nos investimentos das estatais. O relator, deputado Júlio César (PFL-PI), recomenda aprovação.

Ainda na mesma reunião, a Comissão Mista discutirá pedidos de abertura de crédito do governo para vários ministérios, no valor de R\$ 425 milhões.



Célio Azevedo

Exposição homenageia Dinarte Mariz

A Secretaria de Relações Públicas promoveu, na sexta-feira, a abertura da exposição em homenagem ao transcurso dos 100 anos de nascimento do ex-senador Dinarte Mariz, no hall da Senado Galeria – corredor de acesso ao Anexo I.



Célio Azevedo

VANTAGEM Luiz Otávio diz que usina paraense terá potência de 11 mil megawatts

Luiz Otávio destaca usina de Belo Monte

Com a construção, pela Eletronorte, da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, próxima à cidade de Altamira, o estado do Pará terá uma das melhores usinas do mundo, garantiu o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ao informar que, quando concluída, Belo Monte terá uma potência de 11.182 mil megawatts.

Luiz Otávio destacou a grandiosidade da obra ao acrescentar que Belo Monte irá produzir mais de 28 megawatts por quilômetro quadrado de área alagada. Como comparação, salientou que Tucuruí produz apenas três megawatts por quilômetro quadrado.

– A hidrelétrica, reforçada por sua excelência técnica, será uma ótima oportunidade de testar o novo modelo hidrelétrico que se deseja instalar no país, ou seja, eminentemente estatal com parceria de investidores privados – salientou o senador.

Benefícios

Para o estado do Pará, observou Luiz Otávio, a construção da usina, orçada em US\$ 3,7 bilhões, trará enormes benefícios em termos de geração de emprego e renda.

O senador afirmou que não poderia haver um local melhor para a construção da usina, na chamada Volta Grande do Rio Xingu, pelo menor impacto ambiental e maior aproveitamento hidrelétrico.

Serys defende retomada de projetos da Sudam

Senadora considera fundamental para região amazônica a reabertura do órgão de desenvolvimento

Ao comentar a recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), formalizada em solenidade na última quinta-feira, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a imediata liberação de recursos para o desenvolvimento dos projetos em condições de serem viabilizados e uma auditoria nos projetos sobre os quais haja indícios de malversação de recursos públicos.

Em discurso na sexta-feira, a senadora considerou a reinstalação da Sudam fundamental para a região. Serys disse esperar que a nova direção da superintendência mostre ao país que o órgão é vital para o desenvolvimento da Amazônia, geração de empregos e melho-



Célio Azevedo

FALHA Para Serys, governo FHC errou quando fechou Sudam em vez de prender corruptos

ra da qualidade de vida da população menos favorecida da região.

A parlamentar lamentou que, diante das denúncias gravíssimas de corrupção no âmbito da Sudam, a decisão adotada no governo anterior tenha sido a de extinguir a superintendência, quando o que deveria ter sido feito era “colocar os corruptos na cadeia”.

Reforma agrária

Serys leu manchete do jornal *A Gazeta*, de Mato Grosso, segundo a qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ameaça ocupar as fazendas do governador Blairo Maggi (PPS) e afirma que o governador tem 70 mil hectares de terras devolutas. “Se isso for verdade, é muito sério”, alertou.

Ela também informou que, no estado, há 6,6 milhões de hectares de terras públicas, dos quais 3,4 milhões regularizados “pelos que se apossaram delas, na maior parte das vezes, de forma indevida”. Os outros 3,2 milhões, de acordo com a senadora, têm de ser trabalhados e vistoriados para fins de desapropriação para a reforma agrária.

Serys ainda conclamou os senadores e deputados a participarem da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Software Livre, que tem como presidente de honra José Sarney, presidente do Senado, e já reúne 132 deputados e 30 senadores.



Jose Cruz

PODERIO Mozarildo acusa ONGs estrangeiras de tentarem moldar legislação ambiental

Mozarildo critica atuação das ONGs

A crescente intervenção de organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras no tratamento da questão ambiental tem impedido iniciativas que poderiam auxiliar no crescimento econômico do país. A opinião é do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que condenou o “radicalismo ambiental” pregado por essas organizações e estranhou também a “excessiva concentração” das ações dessas entidades nos temas ambiental e indigenista, em detrimento dos demais problemas do país, como a pobreza e o desemprego.

– A carga ideológica anti-desenvolvimentista do ambientalismo radical, presente nas ações de muitas ONGs, é intensa e se dá sem a necessária oposição. O bloqueio e retardamento de obras de interesse da população e do desenvolvimento causado por essa posição impedem que o país cresça e prospere – frisou.

Mozarildo acusou ONGs estrangeiras de sustentarem financeiramente várias ONGs brasileiras que “acabam amplificando a pregação anticrescimento”.

Em aparte, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) solidarizou-se com as preocupações do senador Mozarildo Cavalcanti e disse que solicitará levantamento para saber se existem ONGs atuando irregularmente no Distrito Federal.

Jucá espera melhor distribuição dos recursos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) enalteceu a decisão do presidente Lula de recriar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele acredita que o órgão, bem administrado, vai trazer esperança para milhões de pessoas que habitam a região e que será o responsável pela geração de emprego e renda, além de melhorar a infra-estrutura das cidades.

Jucá espera, entretanto, que o orçamento da entidade seja descentralizado e beneficie igualmente todos os estados que fazem parte da Sudam. No passado, conforme observou, a maioria dos recursos era canalizada para o Pará, sede da su-



Rosaneili Pinheiro

CONCENTRAÇÃO Jucá deseja que todos os estados da região possam receber investimentos

perintendência. Tal política, assinalou, causou prejuízos econômicos a outros estados, como Roraima.

O senador cobrou do governo empenho para transformar

a nova Sudam em um órgão ágil e competente, sem qualquer burocracia, a fim de que leve, de imediato, o progresso e o desenvolvimento econômico ao norte do país. E disse que vai acompanhar de perto o trabalho da Sudam “para que renda bons frutos”.

O senador Romero Jucá também enalteceu a implantação do programa Fome Zero em Rondônia, informando que, em uma primeira etapa, irá atender 9 mil famílias em 14 municípios. Mas solicitou que o programa seja estendido à capital de Roraima, Boa Vista, que concentra 65% da população do estado, com elevado índice de desemprego.



Jane de Araújo

Lobão anuncia que Maranhão deve ganhar uma siderúrgica

O senador Edison Lobão (PFL-MA) comunicou que os estudos técnicos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce e o conglomerado siderúrgico chinês Boasteel apontaram o Maranhão como o local ideal para a instalação da siderúrgica que ambas as empresas desenvolverão em breve. Ele fez questão de ressaltar que

a decisão pela instalação do complexo no Maranhão, a um custo inicial de US\$ 500 milhões, não sofreu qualquer interferência política.

Lobão observou que a opção dos empresários da Vale e da Boasteel pelo Maranhão baseou-se nas condições oferecidas pelo estado, como um dos melhores portos marítimos

do mundo, rodovias, ferrovias e viabilidade de hidrovias.

– Foi uma decorrência natural das excepcionais condições oferecidas pelo meu estado, a começar pelo porto de Itaqui – disse.

Pelos mesmos motivos, afirmou Lobão, a primeira refinaria de petróleo da Petrobras a ser instalada no

Norte/Nordeste, para atender às necessidades da região, “não poderá ser senão no Maranhão”.

Lobão elogiou “a extraordinária visão” do senador José Sarney, que, há 40 anos, quando governador do estado, teve a iniciativa de realizar várias obras preparatórias para a instalação da siderurgia.



José Cruz

MUDANÇAS Valmir Amaral aponta reversão no processo clássico da economia brasileira

Valmir aplaude a redução do preço do gás

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou, em discurso, o empenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva em viabilizar políticas de redução de preços e de elevação de renda no país. O comentário foi motivado por declaração do secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Tavares de Araújo, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, admitindo que o preço do botijão de gás poderá ter uma redução, em médio prazo, de até R\$ 10.

– Quando sabemos que o preço atual se situa ao redor de R\$ 28, tal redução significará uma baixa de mais de 35% – assinou o parlamentar.

Além de “algo inédito na história brasileira”, essa queda do preço para o consumidor teria um significado ainda maior ao propiciar, na visão do senador, a reversão de um processo clássico na economia interna: “Aumentos são sempre possíveis, mas reduções quase nunca ocorrem ou são sempre desprezíveis”, disse.

Valmir Amaral comentou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) teria a intenção de autorizar a Petrobras a entrar no mercado de distribuição de gás de cozinha, possibilitando também a outras empresas atuar na importação e no refino do produto. Ele acredita que a margem de lucro por botijão, nas distribuidoras, deverá cair em função da concorrência da estatal.

A redução do capital mínimo exigido para empresas de distribuição, que passaria de R\$ 10 milhões para R\$ 1 milhão, também deverá provocar a redução dos preços, disse o parlamentar.

– A novidade de outras empresas atuarem no refino e na importação de gás servirá para flexibilizar o sistema e ampliar o leque de concorrentes no mercado – observou.

Maguito prevê retomada do crescimento do país

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva “está indo muito bem”, afirmou, em discurso no Plenário, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), para quem a redução da taxa de juros e as reformas previdenciária e tributária deverão conduzir o país a uma fase de crescimento econômico e desenvolvimento social. O senador destacou o anúncio dos investimentos em infraestrutura, feito na semana

passada, como a mais importante medida para a retomada do crescimento.

Ao observar que os investimentos de cerca de R\$ 190 bilhões serão aplicados em áreas prioritárias para o desenvolvimento, como transportes, energia elétrica, infra-estrutura hídrica, habitação e saneamento, Maguito disse que a melhoria desses setores deverá reaquecer a economia e gerar os empregos que o Brasil precisa.

Em aparte, ele recebeu apoio do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Maguito Vilela voltou a solicitar ao governo federal a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Segundo o parlamentar, a agência é fundamental para o desenvolvimento da região. Ele também parabenizou a cidade de Chapadão do Céu, em Goiás, pelos 21 anos da emancipação.



Roosevelt Pinheiro

OTIMISMO Maguito elogiou a redução dos juros e as reformas previdenciária e tributária

Valadares diz que Senado deve contribuir para justiça tributária

■ Senador afirma que é preciso encontrar equilíbrio entre os recursos da União, estados e municípios

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou em Plenário, sexta-feira, que o Senado deve contribuir para que se encontre um equilíbrio entre os recursos da União, estados e municípios. Disse que também é preciso promover a justiça tributária, para que as pessoas físicas e jurídicas sejam menos oneradas e os investimentos privados possam promover novas oportunidades de emprego “para o sofrido trabalhador brasileiro”.

Depois de afirmar que o Senado terá a incumbência de estudar em profundidade quais as saídas e o alcance da reforma tributária, o senador afirmou que “desonerar a produção e estabelecer impostos se-



Roosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Valadares teme a desvinculação de verbas para as áreas de saúde e educação

melhantes aos fixados no panorama internacional vão permitir a melhoria da concorrência externa dos produtos brasileiros”.

Valadares também comentou a desigualdade social existente na sociedade brasileira, questão que, assinalou, “tornou-se uma herança perversa que precisa ser urgentemente detida ou controlada”. O parla-

mentar citou dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que cerca de 60% da população economicamente ativa do país está na informalidade. Segundo a entidade, entre julho do ano passado e junho deste ano, “o número de pessoas ocupadas e sem carteira de trabalho assinada aumentou em 8% sobre igual período terminado em junho de 2002”.

Alerta vermelho

Para o senador, mesmo que haja um crescimento econômico significativo no país, não haverá aumento do nível de emprego na mesma proporção. Por isso, Valadares advertiu que, “diante do aumento da informalidade e do fato de o país ter uma forte concentração de renda, é preciso entrar em alerta vermelho em relação ao social”.

Diante da situação, é preciso que se adotem medidas imediatas que signifiquem distribuição de renda e proteção para os mais pobres, recomendou. Ele

advertiu ser necessário “preservar a todo o custo o amparo à educação e à saúde, itens que terminam se constituindo, além de outros, na fronteira entre a vida e a morte, entre a dignidade e a não-cidadania para a crescente massa de pessoas à margem do trabalho ou que trabalham em condições deploráveis, informais, precárias, e que constituem a face cruel de uma herança maldita de dez anos de desmanche do Estado brasileiro e de recessão econômica”.

Valadares manifestou ainda preocupação com “sinais e pressões” que ameaçam o que qualificou de uma conquista histórica – a vinculação das áreas de educação e saúde a um percentual fixo de recursos orçamentários. A emenda constitucional que salvaguarda direitos em saúde não deve ser vista como uma regra de contingenciamento orçamentário, mas sim como medida essencial para assegurar, na prática, direitos sociais.

Crivella quer ampliar retorno de tributos a estados



Célio Azevedo

CONSEQUÊNCIA Crivella diz que injustiça distributiva leva ao aumento do desemprego no Rio

Com o argumento de que é preciso assegurar um modelo tributário mais condizente com a realidade do país, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou, da tribuna, que vai apresentar emenda à proposta de reforma tributária propondo que um percentual mínimo de 20% da arrecadação da União nos estados seja transferido de volta para as unidades federadas.

Tomando como exemplo o

Rio de Janeiro, Crivella informou que, apesar de o estado ser o segundo maior arrecadador do país – somente no ano passado o montante chegou na casa dos R\$ 40,6 bilhões –, apenas 1/37 avos do que foi arrecadado, ou seja, R\$ 1,79 bilhão, retornou ao estado.

– As consequências de tal injustiça distributiva se fazem sentir, diariamente, nas ruas, avenidas, becos e esquinas das cidades que compõem o Rio de

Janeiro, onde a violência, o analfabetismo e o desemprego campeiam – acrescentou Crivella, que, em apartes, foi apoiado pelos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Crivella voltou a condenar a fusão da Varig com a TAM, informando que a medida representará prejuízos financeiros para o Rio de Janeiro, além de causar a demissão de cerca de 10 mil servidores da Varig.



SAÚDE Lando observa que mortalidade infantil tem na pobreza sua principal causa

Lando lamenta crise da saúde em Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) homenageou em discurso o Dia Nacional da Saúde, transcorrido no último dia 8, data de nascimento do médico sanitário Oswaldo Cruz, em 1872, fundador da medicina experimental brasileira e eradicador da febre amarela e da varíola no Rio de Janeiro, no começo do século 20. Lando lamentou que em Rondônia, seu estado, não seja possível a comemoração devido à crise da saúde pública.

– A saúde em Rondônia encontra-se moribunda, em estado de agonia, e os milhares de brasileiros que escolheram aquele pedaço da pátria para habitar e criar filhos, buscando o progresso e a prosperidade, vêm pagando um preço insuportável pelo quadro desesperador da saúde pública no estado – disse o senador.

Lando afirmou que a mortalidade infantil em Rondônia, mesmo em declínio, continua a apresentar um dos maiores índices da Federação. As principais causas de morte são afecções do período pré-natal, infecções intestinais e doenças do aparelho respiratório, o que mostra um quadro social de pobreza, desnutrição e ausência de saneamento básico.



ABANDONO Pavan diz que programas vitoriosos têm sido esquecidos pelo atual governo

Pavan condena cortes na prevenção à Aids

Em discurso na sexta-feira, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez apelo ao presidente Lula e ao ministro da Saúde, Humberto Costa, para que não haja mais cortes nos recursos dos programas de prevenção à Aids. O senador contou que esses recursos vêm sendo diminuídos em até 40% nas cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

– É importante que não sejam permitidos cortes nessa área, especialmente agora que os efeitos dos programas de prevenção estão sendo sentidos. Essas cidades conseguiram grande redução na incidência de Aids. Em Itajaí, a redução foi de 88,8 para cada grupo de 100 mil habitantes em 1999 para 27,4 em 2002. O programa de prevenção deu certo – informou.

O senador catarinense disse que as denúncias vêm sendo feitas nos jornais do estado e indicam a “paralisação do atual governo em relação a programas implantados na gestão passada”, mesmo aqueles reconhecidos internacionalmente, como é o caso dos que previnem a Aids. Pavan considera a situação um enorme retrocesso do governo petista, que está “virando as costas para programas sociais de sucesso”.

De acordo com Leonel Pavan, os cortes vêm forçando os municípios a reduzirem os trabalhos de prevenção. Em Itajaí esse serviço pode parar em 30 dias por falta de dinheiro para pagamento de pessoal. A cidade conta hoje com apenas 18 profissionais trabalhando na área de prevenção de Aids destinada a profissionais do sexo e usuários de drogas. Mas, no passado, um total de 30 pessoas prestavam esse serviço, relatou o senador.

Antero de Barros acusa governo de não reagir às denúncias da CPI

■ Para o presidente da comissão que investiga evasão de divisas, mudança das regras deveria ser imediata

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), criticou a passividade do governo com relação às evidências de falhas no combate a crimes financeiros pelas instituições brasileiras já demonstradas nas investigações da comissão. Antero reclamou que, até o momento, o presidente Lula nada fez para alterar o ordenamento jurídico e, por exemplo, transferir o sigilo bancário para que a Receita Federal possa identificar movimentações financeiras suspeitas, que são o foco da investigação da CPI.



PASSIVIDADE “Parece que a CPI está acontecendo em Nova York”, afirmou Antero Paes de Barros

– O que impressiona é que parece que a CPI está acontecendo em Nova York. Não é possível. As autoridades estão vendo o que acontece, mas esperam pelas conclusões da CPI para mudar alguma coisa. O Estado tem que ser protegido.

Não é possível que a Receita não tenha acesso a informações para levantamento de créditos tributários. Com as informações, a Receita só verificaria se o Estado está sendo roubado ou não. Essa é uma mudança estrutural que já deveria ter sido proposta – cobrou Antero, sugerindo inclusive o uso de uma medida provisória para ampliar o alcance de atuação da Receita.

No caso da evasão de divisas por meio de contas CC-5, o presidente da CPI destacou que a recuperação de recursos enviados irregularmente para fora do país só será possível graças à atuação da comissão, que pediu a transferência de dados do sigilo bancário para a Receita.

Antero também criticou o Banco Central por não estar desempenhando bem a sua missão. Segundo ele, a instituição

vem se recusando a fiscalizar as *factorings*, que, além de fomento comercial, acabam fazendo empréstimos e outros tipos de atividades financeiras, utilizando inclusive contas CC-5.

– Nas contas CC-5, os maiores buracos foram causados pelas *factorings*. Eu já levantei o assunto em sabatinas de diretores do Banco Central, que continuam se recusando a fiscalizar. Isso é um absurdo – reclamou Antero.

No último sábado, estava prevista a viagem aos Estados Unidos de um grupo de parlamentares da CPI – entre eles, Antero, o deputado José Mentor (PT-SP), relator, e o senador Magno Malta (PL-ES) – em busca de informações sobre movimentações financeiras suspeitas em contas de bancos de Nova York. O grupo fica nos EUA até o dia 6 de setembro.

Simon sugere indicação do diplomata Vieira de Mello para o Nobel da Paz

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento recomendando que a Organização das Nações Unidas (ONU) indique ao Prêmio Nobel da Paz o embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto em atentado a bomba em Bagdá, no Iraque, na última terça-feira.

Apesar de observar que o Prêmio Nobel não é concedido *post mortem*, Pedro Simon res-

saltou que já houve exceção, quando, em 1961, o prêmio foi dado ao secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, que meses antes havia morrido, em desastre de avião, no exercício do cargo.

– Parece que dificilmente se encontrará alguém que reúna as condições de receber o Nobel do que o cidadão do mundo Sérgio Vieira de Mello. Ele estava no auge de sua carreira e morreu como um herói da

paz, em plena atividade, em seu posto de trabalho – afirmou o parlamentar.

Chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, cargo que ocupava desde 12 de setembro do ano passado, Vieira de Mello foi indicado pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em maio passado, para representar a instituição na reconstrução do Iraque.

Os senadores Paulo Octávio



RECONHECIMENTO Simon afirma que Vieira de Mello morreu como herói da paz

(DF), em nome do PFL, e Edison Lobão (PFL-MA) apoiaram o requerimento apresentado por Pedro Simon.